

**HABEAS CORPUS Nº 508.550 - RS (2019/0126874-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : MELISSA TORRES SILVEIRA - RS046237  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : ALVINO ERNESTO STORCH (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALVINO ERNESTO STORCH apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Agravo em Execução n. 0076601-76.2019.8.21.7000).

No presente *writ*, busca-se o restabelecimento da decisão que concedeu a prisão domiciliar para o paciente, com a inclusão no programa de monitoramento eletrônico (e-STJ fls. 3/16).

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 89/91).

As informações foram prestadas às e-STJ fls. 96/123 e 124/126.

Parecer ministerial pela prejudicialidade do *habeas corpus* (e-STJ fls. 129/130).

É, em síntese o relatório.

Das informações prestadas pelo Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Santa Rosa/RS, verifica-se que o paciente, na data de 29/4/2019, foi beneficiado com o livramento condicional (e-STJ fl. 126).

Diante disso, nada mais há que ser apreciado nesta oportunidade, tendo em vista que fica sem objeto o pedido aduzido no *writ*, cujos fundamentos foram superados.

Tal o contexto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno desta Corte, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

*Superior Tribunal de Justiça*

**DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

